

ULS - Castelo Branco
Conselho de Administração
Documento nº 37
Acta nº 36



REPÚBLICA
PORTUGUESA

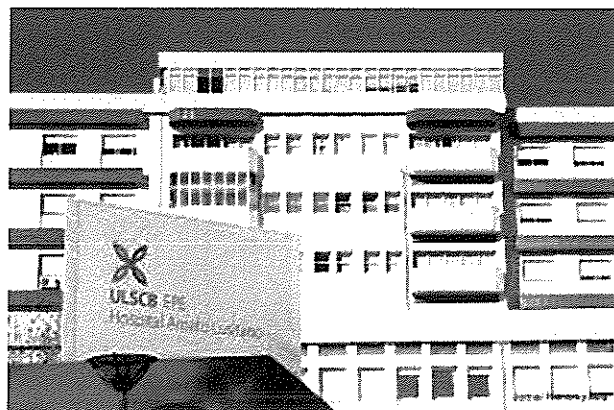
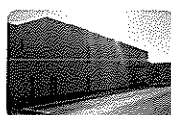
SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



Unidade Local de Saúde
Castelo Branco, EPE



ULSCB EPE

Reunião de CA em 12/12/2022

Tomaz Cunha

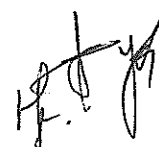
Relatório de Execução Orçamental

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022

Sede: Av. Pedro Álvares Cabral, 6000-084 Castelo Branco *** Capital Estatutário: € 16.200.000 *** NIPC 509 309 844
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Castelo Branco, com o número 509309844

NOTA PRÉVIA

- O presente relatório de execução orçamental, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, visa dar cumprimento ao previsto na alínea b) do n.º 4 do art.º 67.º do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto.
- O referencial contabilístico em vigor é o SNC-AP, aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- A aplicação SICC continua a apresentar mapas de controlo da execução orçamental ainda com algumas incorreções, permitindo, no entanto, que sirvam de base ao reporte realizado mensalmente no SIGO/DGO, após alguns ajustamentos necessários, prevalecendo, em caso de dúvida, os elementos que constam do balancete.
- A análise ao controlo do orçamento económico tem por base a proposta do PAO 2022, com a última versão de 31 de agosto/2022, não estando ainda assinada, nem publicitada no sítio da ACSS, a Adenda ao Acordo-Modificativo para 2022 que serviu de base à referida alteração ao PAO.
- Apesar de ainda não estarem implementados os centros analíticos de responsabilidade, cada responsável de serviço é informado periodicamente sobre a evolução da execução do Contrato-programa da sua área, no sentido de serem corrigidas atempadamente todas as situações que possibilitem melhorar o desempenho e alcançar os objetivos previstos.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
II – Execução Económica face ao Contrato-programa / Adenda ao Acordo Modificativo (Anexo I) e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2021 (Anexo II)	11
A – Gastos e Perdas	11
B – Rendimentos e Ganhos	15
III – Recursos Humanos	17
IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
Anexo I – Gastos e Perdas	23
Anexo II – Variação Gastos e Perdas	24
Anexo III – Rendimentos e Ganhos	25
Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos	25



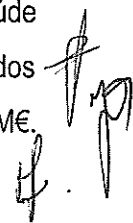
INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende dar a conhecer a evolução ocorrida nos gastos e nos rendimentos da ULSCB no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, tanto na vertente orçamental, com base no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças, como na vertente económica, tendo como referência a Adenda ao Acordo Modificativo ao Contrato-programa para 2022.

Analisaremos ainda as principais variações em comparação com o período homólogo de 2021 e nomeadamente a evolução dos gastos operacionais (n.º 9 do art.º 144.º do DL 53/2022, de 12 de agosto - DLEO), bem como a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso.

No ano de 2021 a situação económico-financeira da ULSCB agravou-se face ao ano anterior, com a dívida a alcançar os 31,6 M€ (27,1 M€ em 31/12/2020) e o PMP a fixar-se nos 208 dias (146 dias em 2020), apesar de terem sido atribuídas verbas suplementares para cobertura de prejuízos transitados, para fazermos face ao crescente aumento da dívida, no montante total de 9,33 M€ (3,99 M€ em agosto e 5,34 M€ em dezembro). Adicionalmente, recebemos ainda uma verba de 300 mil euros que se destinou à realização dos investimentos previstos no artigo 275.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, no âmbito da Internalização no SNS de análises clínicas e de exames de endoscopia gastroenterológica.

No corrente ano, até à entrada em vigor do orçamento para 2022, manteve-se o mesmo nível de financiamento mensal que se revelou insuficiente no ano transato, com a dívida a aumentar 6,8 M€ até julho face a dezembro de 2021, como consequência da menor liquidez devido ao pagamento do subsídio de férias, chegando aos 38,4 M€. No último dia útil de julho recebemos o montante de 4,4 M€ referente ao acerto dos adiantamentos do Contrato-programa efetuados durante o período de janeiro a julho de 2022. Essa verba permitiu-nos a redução da dívida total em agosto (diminuiu para os 35,1 M€), embora não tenha sido possível aplicá-la na totalidade na diminuição dos pagamentos em atraso (ainda assim redução de 3,3 M€) em virtude de existirem compromissos com determinadas entidades que prestam serviços (transporte de hemodiálise, bombeiros, limpeza, segurança, prestadores, entre outros) com uma antiguidade inferior à da maioria das empresas fornecedoras de bens e que cessam a prestação do serviço se não pagamos com alguma regularidade e dentro de prazos aceitáveis. Para os restantes meses, esperávamos algum reequilíbrio pelo menos até outubro devido ao reforço em 600 mil euros do duodécimo. Contudo, os aumentos decorrentes da energia e de muitos outros bens e serviços absorveram grande parte deste acréscimo e no final do ano, com o pagamento do subsídio de Natal e respetivos encargos, a situação voltou a piorar. Pelo que apenas foi possível melhorar este cenário na sequência do Despacho Finanças e Saúde de 22 de dezembro de 2022 que determinou a entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados nas entidades públicas empresariais pertencentes ao SNS, que no caso da ULSCB ascendeu aos 18,29 M€.



Passando à análise aos resultados alcançados no período, verificamos que o resultado líquido ascendeu aos 13,6 M€ negativos, piorando face ao do ano anterior (foi de -12,6 M€), e o EBITDA situou-se nos 11,3 M€ negativos (-10,7 M€ em 2021).

Em termos orçamentais/financeiros a cobrança foi superior ao período homólogo em 17,38% (+15,1 M€) e a despesa paga também teve um incremento de 17,67% (+15,3 M€), decorrente essencialmente da verba recebida para regularização de dívidas.

Do ponto de vista da execução económica, globalmente os gastos superaram o referencial do período em 6,62% (+6 M€), mas ao nível dos rendimentos a execução ficou abaixo do estimado em 1,13% (-950 mil euros).

Feitas estas considerações, passaremos a analisar a execução orçamental e económica ocorrida nas principais rubricas de forma mais detalhada.

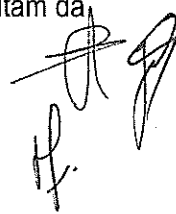
I – Execução Orçamental

Embora esta ULS tenha entregue junto da DGO dois pedidos de transição de saldos, em 31/05/2022 (FF 521 e 724 – no montante de 147.168,17 euros) e 07/07/2022 (FF 368, 488, e 522 – no montante de 163.115,13 euros), até à presente data não foi autorizada a sua utilização no pagamento de despesa.

Ao nível das alterações orçamentais, a ULSCB entregou junto da ACSS duas propostas de alteração orçamental (18/11/2022 e 28/02/2023) que visavam a transferência de verbas de rubricas cuja redução estava excluída da gestão flexível por força do previsto no art.º 8.º do DL 53/2022, de 12/08 (DLEO 2022). Como os pedidos não foram autorizados à data, não foi possível cumprir na íntegra as instruções da DGO cujos requisitos eram os seguintes:

- a) Quer o orçamento final, quer a execução, apresentarem-se equilibrados ao nível das fontes de financiamento (cumprido);
- b) Os pagamentos não superarem as dotações (cumprido parcialmente devido ao constrangimento indicado);
- c) Registadas todas as alterações orçamentais devidas, incluindo os créditos especiais (cumprido parcialmente devido ao constrangimento indicado);
- d) Os saldos de gerência anterior, que transitaram para o exercício de 2022, estarem registados na receita – capítulo 16 – nas devidas fontes de financiamento de saldos transitados (cumprido);
- e) A entrada de capital para cobertura de prejuízos, bem como a despesa paga neste âmbito, estar registada conforme as orientações emitidas (cumprido).

Portanto as únicas exceções ao cumprimento dos requisitos da DGO, à semelhança do ocorrido nas execuções dos anos de 2019, 2020 e 2021, por não termos obtido autorização para o efeito, resultam da



imposição decorrente do art.º 8.º do DLEO 2022 que não possibilitou a redução das dotações, no âmbito da gestão flexível, das RCE 02.01.09 e 03.06.01 para reforço das RCE 02.02.22 e 06.02.01, conforme se indica:

- Fonte Financiamento (FF) 511, RCE 02.02.22.A0.00: +2.926.089 euros;
- FF 511, RCE 02.02.22.B0.00: +3.544.281 euros;
- FF 513, RCE 06.02.01: +60.523 euros.

Para ultrapassar esta situação, teríamos de ter obtido autorização para reduzir as seguintes RCE:

- FF 511, RCE 02.01.09.B0.00: -6.470.370 euros;
- FF 513, RCE 03.06.01: -60.523 euros.

Como o quadro das despesas agrega a maioria destas verbas por estarem associadas ao mesmo agrupamento, apenas se constata parcialmente as situações mencionadas nos capítulos 03 e 06 da FF 513.

De referir adicionalmente que existe uma divergência entre os registos no SICC da ULSCB e o reporte SIGO do mês de dezembro da Conta de Gerência em virtude de, já depois do fecho do reporte na DGO, ter sido necessário corrigir um registo relacionado com a aplicação em CEDIC de 400 mil euros que não se encontrava refletida na despesa com Ativos Financeiros, conforme disposto no ponto 92 da Circular Série A n.º 1404 da DGO, o que origina alterações ao nível da 028 (+400 mil euros) e nas transferências de capital (+140 mil euros) e nas operações extraorçamentais (-140 mil euros).

Passando à análise à execução ocorrida nas receitas (quadro infra), da mesma resultou um aumento da dotação de 12 M€ (+13,44%), com as receitas correntes a registarem um decréscimo de 3,94 M€ (-4,55%), enquanto que as receitas de capital cresceram 16 M€ (+492,1%).

Assim, ao nível das receitas correntes, a fonte de financiamento (FF) 511 ficou aquém do orçamentado em 0,98% (-806 mil euros), representando esta fonte 98,25% das receitas correntes obtidas, o que evidencia a forte dependência do financiamento proveniente do Contrato-programa (Orçamento de Estado).

A FF 513, relativa a receita própria, também diminuiu 22,45% (-268 mil euros), essencialmente devido à quebra que tem ocorrido ao nível das taxas moderadoras desde que vigoram as alterações legislativas que isentam os utentes de pagar a maioria das taxas nos cuidados de saúde primários e também a nível hospitalar, bem como nas prestações de serviços faturadas a outras entidades.

De salientar igualmente a menor execução na FF 541 (-12,6% / -13 mil euros), que respeita aos recebimentos provenientes do INEM, no âmbito do protocolo da VMER existente.

Ao nível das FF referentes a projetos cofinanciados, apenas a FF 413 apresenta execução, embora muito abaixo do que era esperado, diminuindo 84,54% (-2,3 M€), correspondendo esta execução aos projetos de Remodelação e ampliação do HAL (364.510 euros) e SATDAP – Capacitação da Administração Pública (60.566 euros para implementação de um Centro de Excelência para Coordenação e Promoção de Investigação Clínica das Beiras, em parceria com o Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira).

Período: janeiro a dezembro 2022

u.m.: euro

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Varição relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Varição absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	LIQUIDAÇÕES DO PERÍODO (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/2)	COBRADO do exercício (5)	COBRADO de exercícios anteriores (6)	TOTAL COBRADO (7)	DESVIO DA EXECUÇÃO DO PERÍODO (7)-(2)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (7/2)
RECEITAS													
	Receitas Correntes		86 516 427	82 580 399	-4,55%	-3 936 028	82 453 266	99,85%	81 775 799	804 600	82 577 591	0	100,00%
04	Taxas, multas e outras penalidades	513	543 056	509 059	-6,26%	-33 997	492 913	96,83%	487 969	21 090	509 059	0	100,00%
06	Transferências correntes	413	2 749 271	425 076	-84,54%	-2 324 195	425 076	100,00%	425 076	0	425 076	0	100,00%
06	Transferências correntes	513	0	2 808		2 808	2 808	100,00%	2 808	0	2 808	0	100,00%
06	Transferências correntes	541	105 400	92 120	-12,60%	-13 280	107 562	116,76%	92 120	0	92 120	0	100,00%
06	Total Transferências correntes		2 854 671	520 004	-81,78%	-2 337 475	535 446	102,97%	520 004	0	520 004	0	100,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	361	485 165	0	-100,00%	-485 165	0			0	0	0	
07	Vendas de bens e serviços correntes	362	39 384	0	-100,00%	-39 384	0			0	0	0	
07	Vendas de bens e serviços correntes	511	81 942 950	81 137 076	-0,98%	-805 874	80 696 879	99,46%	80 538 177	598 899	81 137 076	0	100,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	513	641 581	374 801	-41,58%	-266 780	690 168	184,14%	192 391	182 410	374 801	0	100,00%
07	Total Vendas de bens e serviços correntes		83 109 080	81 511 877	-1,92%	-1 597 203	81 387 047	99,85%	80 730 568	781 309	81 511 877	0	100,00%
08	Outras receitas correntes	513	9 620	39 459	310,18%	29 839	37 860	95,95%	37 258	2 201	39 459	0	100,00%
	Receitas de Capital		3 251 923	19 254 786	492,10%	16 002 863	19 254 786	100,00%	19 254 786	0	19 254 786	0	100,00%
10	Transferências de capital	483	2 503 635	251 970	-2 251 665	251 970	251 970	100,00%	251 970	0	251 970	0	100,00%
12	Passivos Financeiros	432	748 288	210 058	-71,93%	-538 230	210 058	100,00%	210 058	0	210 058	0	100,00%
12	Passivos Financeiros	721	0	18 292 237		18 292 237	18 292 237	100,00%	18 292 237	0	18 292 237	0	100,00%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	513	0	190 238		190 238	190 238	100,00%	190 238	0	190 238	0	100,00%
16	Saldo da Gerência Anterior	368	0	68 737		68 737	68 737	100,00%	68 737	0	68 737	0	100,00%
16	Saldo da Gerência Anterior	488	0	74 942		74 942	74 942	100,00%	74 942	0	74 942	0	100,00%
16	Saldo da Gerência Anterior	521	0	147 007		147 007	147 007	100,00%	147 007	0	147 007	0	100,00%
16	Saldo da Gerência Anterior	522	0	19 436		19 436	19 436	100,00%	19 436	0	19 436	0	100,00%
16	Saldo da Gerência Anterior	724	0	161		161	161	100,00%	161	0	161	0	100,00%
	Total Receitas		89 768 350	101 835 185	13,44%	12 066 835	101 708 052	99,88%	101 030 585	804 600	101 835 185	0	100,00%
17	Operações Extraorçamentais	483	0	0		0	615		615	0	615		

Quanto às receitas de capital, o principal destaque vai para a FF 721 onde foram registadas as verbas de entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados (18,29 M€), na sequência do Despacho Finanças e Saúde de 22 de dezembro de 2022.

Adicionalmente, recebemos 210 mil euros do projeto POSEUR inscritos na FF 432 relativos à medida 7 para substituição da caixilharia.

Na FF 513, a verba inscrita corresponde ao reembolso das contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho relativamente aos contratos já cessados e não reembolsados, conforme comunicado através do ofício 202 de 07/02/2022 do Instituto de Gestão de Fundos da Segurança Social, face ao entendimento de exclusão da aplicabilidade do regime às relações de trabalho com as entidades do Setor Empresarial do Estado.

Por fim de assinalar os recebimentos na FF 483 dos montantes relativos ao PRR, sendo que a verba que ficou em saldo foi transferida para Operações Extraorçamentais (apenas 615 euros, já que 140 mil euros foram aplicados em CEDIC), de acordo com as instruções recebidas da DGO (princípio da neutralidade de fundos europeus).

Quanto às restantes FF no capítulo 16, foram inscritas as verbas transitadas da gerência anterior conforme já mencionado, num total de 310.283 euros, transitando da gerência do próprio ano 59.709 euros da FF 513, para além dos 615 euros da FF 483 registado em operações extraorçamentais.

Ao nível das despesas (quadro seguinte), a execução originou um acréscimo de 12 M€ da dotação total (+13,32%), com as despesas correntes a crescerem 16 M€ (+19,21%) e as despesas de capital a registarem uma quebra de 4 M€ (-60,7%).

De referir que, de acordo com as instruções da DGO, os compromissos finais contemplam a maioria da despesa não paga que transita para o ano seguinte e que serão de novo cabimentados na próxima gerência, dando lugar a novos compromissos.

De ressaltar, contudo, as situações mencionadas na nota introdutória a esta análise (RCE 02, 03 e 06).

Analisando agora as principais rubricas de despesas correntes, o agrupamento 01 (despesas com pessoal) teve um reforço global de 414 mil euros (+0,8%) pelo facto dos encargos com pessoal terem registado aumentos um pouco superiores ao esperado, pelos motivos identificados na análise à execução do plano de atividades e orçamento.

Ao nível do agrupamento 02 (aquisições de bens e serviços), foi necessário proceder ao seu reforço no montante de 15,7 M€ (+50,77%), essencialmente devido ao recebimento da verba registada na FF 721 da receita para cobertura de prejuízos e que foi aplicada em grande parte nestas rubricas no pagamento de dívidas em atraso transitadas do exercício anterior. Ainda assim, ficaram por pagar nesta agrupamento 24,2 M€, devido ao elevado volume de encargos que tinham transitado por pagar de anos anteriores (cerca de 29,8 M€).

Quanto ao agrupamento 03, foi feito um ajustamento quase insignificante (+60 euros) na FF 511, contudo na FF 513 não foi possível diminuir a verba da dotação pelos motivos expostos anteriormente, correspondendo estes gastos essencialmente a encargos suportados com a emissão e cobrança de avisos de pagamento de taxas moderadoras em dívida (encargo de cerca 42 mil euros pago aos SPMS), bem como juros pagos ao Instituto da Segurança Social (15 mil euros) de contribuições enviadas depois do prazo legal por respeitarem a correções a períodos anteriores.

Por fim, no agrupamento 06, a dotação foi reduzida em 139 mil euros (-58,52%), devido a limitações ao nível da receita na FF 513, contudo a sua dotação está deficitária pelas razões apresentadas em relação aos agrupamentos 02 e 03. As verbas aqui despendidas prendem-se, nomeadamente, com encargos de impostos pagos à Autoridade Tributária (114 mil euros), com o licenciamento da atividade da ULSCB junto da Entidade Reguladora da Saúde (12 mil euros) e com contribuições de entidade contratante relativamente a prestadores cuja faturação à ULSCB superou os 50% do valor total da sua atividade como trabalhador independente pagos ao Instituto da Segurança Social (17 mil euros).



Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	COMPROM. ASSUMIDOS (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/2)	PAGO do exercício (5)	PAGO de exercícios anteriores (6)	TOTAL PAGO (7)	DESVIO DA EXECUÇÃO DO PERÍODO (7)-(2)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (7/2)
DESPESAS													
Despesas Correntes			83 148 228	99 123 745	19,21%	15 975 517	125 781 652	126,89%	74 047 284	25 076 461	99 123 745	0	100,00%
01	Despesas com pessoal	361	11 141	0	-100,00%	-11 141	0		0	0	0	0	
01	Despesas com pessoal	413	63 134	0	-100,00%	-63 134	0		0	0	0	0	
01	Despesas com pessoal	511	51 790 928	52 279 653	0,94%	488 725	54 743 672	104,71%	50 525 291	1 754 362	52 279 653	0	100,00%
01	Despesas com pessoal		51 865 203	52 279 653	0,80%	414 450	54 743 672	104,71%	50 525 291	1 754 362	52 279 653	0	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	361	53 895	0		-53 895	0		0	0	0	0	
02	Aquisições de bens e serviços	413	305 406	64 611		-240 795	64 611	100,00%	64 611	0	64 611	0	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	511	30 147 269	28 462 595	-5,59%	-1 684 674	52 649 433	184,98%	12 461 684	16 000 911	28 462 595	0	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	513	314 259	94 427	-69,95%	-219 832	94 427	100,00%	157	94 270	94 427	0	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	541	105 400	92 120	-12,60%	-13 280	92 120	100,00%	92 120	0	92 120	0	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	721	0	17 912 806		17 912 806	17 912 806	100,00%	10 690 178	7 222 628	17 912 806	0	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços		30 926 229	46 626 559	50,77%	15 700 330	70 813 397	151,87%	23 308 750	23 317 809	46 626 559	0	100,00%
03	Juros e outros encargos	511	4 290	4 350	1,40%	60	10 474	240,78%	60	4 290	4 350	0	100,00%
03	Juros e outros encargos	513	114 421	114 421	0,00%	0	53 898	47,10%	53 898	0	53 898	-60 523	47,10%
03	Juros e outros encargos		118 711	118 771	0,05%	60	64 372	54,20%	53 958	4 290	58 248	-60 523	49,04%
06	Outras despesas correntes	513	238 085	98 762	-58,52%	-139 323	160 211	162,22%	159 285	0	159 285	60 523	161,28%
Despesas de Capital			6 620 122	2 601 448	-60,70%	-4 018 674	3 699 781	142,22%	1 866 394	735 054	2 601 448	0	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	361	420 129	0	-100,00%	-420 129	0		0	0	0	0	
07	Aquisição de bens de capital	362	39 384	0	-100,00%	-39 384	0		0	0	0	0	
07	Aquisição de bens de capital	413	2 380 731	360 465	-84,86%	-2 020 266	1 306 608	362,48%	360 465		360 465	0	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	432	748 288	210 058	-71,93%	-538 230	263 694	125,53%	210 058	0	210 058	0	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	483	2 503 635	111 970	-95,53%	-2 391 665	111 970	100,00%	111 970	0	111 970	0	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	511	463	390 478	84236,50%	390 015	403 553	103,35%	126 179	264 299	390 478	0	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	513	527 492	749 046	42,00%	221 554	834 525	111,41%	408 116	340 930	749 046	0	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	721	0	379 431		379 431	379 431	100,00%	249 606	129 825	379 431	0	100,00%
09	Ativos financeiros	483	0	140 000		140 000	140 000	100,00%	140 000	0	140 000	0	100,00%
09	Ativos financeiros	521	0	147 007		147 007	147 007	100,00%	147 007	0	147 007	0	100,00%
09	Ativos financeiros	488	0	74 942		74 942	74 942	100,00%	74 942	0	74 942	0	100,00%
09	Ativos financeiros	368	0	38 051		38 051	38 051	100,00%	38 051	0	38 051	0	100,00%
Total Despesas			89 768 350	101 725 193	13,32%	11 956 843	129 481 433	127,29%	75 913 678	25 811 515	101 725 193	0	100,00%

No que respeita às despesas de capital, as diminuições ocorreram nas FF 483 (PRR / -2,4 M€), 413 (projetos de remodelação e ampliação do HAL, C. S. Sertã e SAMA / -2 M€), 432 (POSEUR / -538 mil euros) e nas FF 361 e 362 na totalidade, em virtude dos valores pagos destes projetos terem sido suportados pelas FF 511 e 513.

Em relação aos reforços, foi necessário alocar verbas adicionais às FF 511 (+390 mil euros) e 513 (+222 mil euros), bem como à FF 721 por encargos pagos com as verbas recebidas de entrada de capital para cobertura de prejuízos.

A despesa com ativos financeiros corresponde aos 400 mil euros aplicados em CEDIC por forma a não transitarem em saldo, conforme instruções recebidas.

Globalmente, as despesas de capital passaram de um peso de 7,37% no total do orçamento ordinário, para os 2,56% no orçamento corrigido final. Mesmo se excluíssemos a verba recebida para a cobertura de prejuízos e os ativos financeiros, a componente de gastos de investimento não iria além dos 2,65%.



Portanto, resumidamente, verifica-se que as dotações finais se revelaram uma vez mais insuficientes para dar cobertura à totalidade dos compromissos assumidos, apesar do elevado montante recebido para pagamento de dívidas e ao reforço do orçamento inicial face ao ano anterior, em virtude do elevado volume de dívida transitada ainda por pagar do ano anterior (cerca de 33,3 M€, sendo que 5,6 M€ respeitam a faturação da ARS do Centro que já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado cumprimento ao aludido despacho). Esta suborçamentação, devido a receitas insuficientes face ao nível de despesa existente, recorrente nos últimos anos, originará uma situação idêntica na próxima execução orçamental, em virtude das despesas não pagas em 2022 (no montante de 28,8 M€) serem cabimentadas no início do ano seguinte, nos termos das regras em vigor, como já aqui também foi referido.

Em termos homólogos, o quadro infra apresenta um resumo da execução que cresceu consideravelmente no exercício de 2022, o que aliás já tinha ocorrido no período anterior em plena fase pandémica mas de forma menos acentuada, com as receitas a apresentarem um crescimento de 16,83% (+14,6 M€) nas liquidações, enquanto que na cobrança (próprio ano e anos anteriores) o aumento foi ligeiramente superior, chegando aos 17,38% (+15,1 M€), contribuindo essencialmente para esta variação o facto de termos recebido a verba para cobertura de prejuízos (+8,96 M€ face ao ano anterior), caso contrário o crescimento da cobrança teria sido de 7,9% (+6,1 M€), quase idêntica à do ano anterior.

Quanto às despesas, os compromissos assumidos em 2022 cresceram 9,02% (+10,7 M€):

- +9,2 M€ no agrupamento 02 onde se destacam as RCE 02.01.09 (produtos químicos e farmacêuticos / +1,5 M€), 02.01.21 (outros bens / +841 mil euros, onde se inclui a energia por ex.), 02.02.10 (transportes / +1 M€) e 02.02.22 (serviços de saúde / +4,4 M€, onde se incluem os MCDT e os prestadores por ex.);
- +1,5 M€ no agrupamento 01, incidindo essencialmente na RCE 01.01.04 (pessoal em regime de contrato individual de trabalho / +1,1 M€);
- No agrupamento 07 (aquisição de bens de capital), temos uma redução de 300 mil euros;
- No agrupamento 09 (ativos financeiros) temos os 400 mil euros da aplicação em CEDIC.

No que respeita a pagamentos temos um acréscimo de 17,67% (+15,3 M€) que decorre das verbas adicionais recebidas para cobertura de prejuízos, do aumento do financiamento através do Contrato-programa e da aplicação CEDIC.



u.m: euros

Descrição	2021	2022	var. absol.	var. relat.
Receitas				
- Liquidações	87 059 219	101 708 052	14 648 833	16,83%
- Cobrança	86 757 920	101 835 185	15 077 265	17,38%
Despesas				
- Compromissos	118 773 236	129 481 433	10 708 197	9,02%
- Pagamentos	86 447 637	101 725 193	15 277 556	17,67%

u.m: euros

Descrição	2021	2022	var. absol.	var. relat.
Receitas				
- Liquidações	77 726 593	83 416 430	5 689 837	7,32%
- Cobrança	77 425 294	83 543 563	6 118 269	7,90%

Nota: receitas neste quadro com exclusão das verbas para cobertura de prejuízos

II – Execução Económica face ao Contrato-programa / Adenda ao Acordo Modificativo (Anexo I) e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2021 (Anexo II)

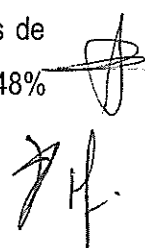
A – Gastos e Perdas

Globalmente, a execução superou a dotação prevista em 6,62% (Anexo I), correspondendo a encargos superiores em 6 M€ face ao estimado do período.

Os desvios positivos mais significativos incidiram nos fornecimentos e serviços externos (+18,64% / +4,5 M€), nos gastos com pessoal (+1,62% / +844 mil euros) e nos CMVMC (+3,99% / +450 mil euros).

De facto o principal incremento face ao orçamentado situou-se nos fornecimentos e serviços externos que superaram em 18,64% a dotação prevista, com acréscimos nas rubricas com maior peso, à exceção dos internamentos. O impacto da Covid-19 ascendeu nestas rubricas aos 833 mil euros, conforme reporte efetuado junto da DGO.

Ao nível dos subcontratos, os meios complementares de terapêutica (MCT) e de diagnóstico (MCD) apresentaram desvios assinaláveis (+25,76% / +1,2 M€; e +21,46% / +965 mil euros, respetivamente), superiores ao verificado em termos homólogos, por não termos conseguido obter a poupança que era esperada, nomeadamente por via da redução das prescrições e da internalização. Em termos homólogos (anexo II), os subcontratos apresentam um incremento de 7,1% (+805 mil euros) que incide essencialmente nos MCT (+10,42% / +558 mil euros) onde a hemodiálise (+480 mil euros) apresenta o maior crescimento (deveremos ainda adicionar os relativos a transportes realizados por empresas de táxis e empresas de transportes de doentes), para além da medicina física e de reabilitação (+222 mil euros), e nos MCD (+6,48% / +332 mil euros) onde a imagiologia (+32,25% / +341 mil euros) assume a maior relevância.



Ainda em relação a subcontratos, o desvio de -34,01% (-260 mil euros) nos internamentos justifica-se pela diminuição da estimativa relativa a internamentos por faturar, reduzindo face ao ano anterior cerca de 129 mil euros, em sentido contrário ao que era esperado aquando da elaboração do PAO.

Nos restantes fornecimentos e serviços externos, de destacar os serviços especializados que apresentam um desvio positivo de 13,17% (+1,1 M€), não se tendo conseguido qualquer tipo de poupança nestas rubricas em virtude das necessidades originadas pela falta de pessoal médico. Assim, em termos homólogos, tivemos um aumento de 23,45% (+727 mil euros) em serviços técnicos de recursos humanos, mas uma redução de 23,19% (-261 mil euros) em honorários, mantendo-se a necessidade de contratar serviços externos devido à falta de médicos no quadro de pessoal nas áreas de urgência e consulta externa, e nas especialidades de cirurgia geral, medicina interna, anestesiologia, ginecologia/obstetrícia, ortopedia e medicina geral e familiar. A título indicativo, no ano de 2022 foram pagos a prestadores médicos 3,38 M€, correspondendo a 90.923 horas, contra os 2,65 M€ pagos no ano anterior referentes a 81.606 horas, embora parte do acréscimo resulte do facto de não termos conseguido pagar, em dezembro de 2021, a totalidade da faturação que seria normal liquidar, caso tivéssemos verba disponível para o efeito. Em termos acumulados, nos últimos três anos verificou-se um acréscimo de gastos na ordem de 1,65 M€, correspondendo a +33.189 horas.

Verificou-se ainda um acréscimo de 35,06% (+379 mil euros) nos gastos de conservação e reparação, com a assistência técnica a aumentar 22,11% (+200 mil euros).

Nas demais rubricas, de destacar as deslocações, estadas e transportes que apresentam um desvio de 44,53% (+1,03 M€), bastante acima da execução real em relação ao ano anterior (+25,64% / +684 mil euros) já que, contrariamente ao esperado no PAO, os gastos aumentaram consideravelmente (revisão de preços; maior número de doentes transportados, nomeadamente em hemodiálise; falta de disponibilidade de transportes na zona de Castelo Branco, obrigando a recorrer a corporações/empresas mais distantes). Por tipo de entidade transportadora, os bombeiros são os que apresentam o maior aumento (+28,02% / +366 mil euros), seguidos dos táxis (+30,29% / +227 mil euros) e das ambulâncias de transporte não urgente (+17,14% / + 89 mil euros).

De referir ainda o desvio de 31,96% (+315 mil euros) em serviços diversos, mais do que o verificado em termos homólogos (+16,14% / +181 mil euros) e onde se destacaram os serviços de limpeza, higiene e conforto (+21,98% / +122 mil euros). Por fim, temos ainda os gastos com energia e fluídos que, embora em termos de execução face ao orçamento apenas apresentem um desvio de 3,04% (+66 mil euros), em comparação com o ano anterior a variação mais que duplicou (+105,32% / +1,14 M€) devido à crise geopolítica.

Ao nível dos gastos com pessoal, o desvio global foi de 1,62% (+844 mil euros), com incidência mais significativa em remunerações certas e permanentes (+3% / +957 mil euros), decorrendo essencialmente do pagamento de retroativos a pessoal de enfermagem devido à aplicação do Decreto-Lei n.º 80-B/2022, de



28 de novembro - Contagem de pontos em sede de avaliação do desempenho dos trabalhadores enfermeiros à data da transição para as carreiras de enfermagem e especial de enfermagem, num montante de cerca de 787 mil euros, já que os abonos variáveis e eventuais tiveram uma evolução contrária (-3,33% / -329 mil euros), com o trabalho extraordinário a apresentar um desvio de -7,83% (-474 mil euros) devido à redução do impacto da pandemia e ao fecho dos centros de vacinação. Em comparação com o período homólogo, o desvio global foi de 4% (+2,04 M€), com as remunerações certas e permanentes a crescerem 4,57% (+1,43 M€), os encargos sobre remunerações 4,06% (+382 mil euros) e os abonos variáveis e eventuais 0,99% (+93 mil euros), embora o trabalho extraordinário tenha reduzido 5,13% (-302 mil euros), mas em contrapartida o trabalho noturno subiu 8,16% (+152 mil euros) e o SIGIC aumentou 36,32% (+353 mil euros). A redução ao nível do trabalho extraordinário deve-se à diminuição do impacto da pandemia e ao fecho dos centros de vacinação, tendência que se tem mantido nos últimos meses apesar das recentes alterações legislativas que vieram fixar novos valores hora para a prestação de trabalho suplementar realizado por médicos em serviços de urgência.

No âmbito da pandemia Covid-19, estimaram-se gastos com pessoal no período no montante de 1,6 M€ na medida 095, conforme consta dos reportes efetuados junto da DGO, cujo estimativa assenta na média de doentes internados com esta patologia (cerca de 5% dos doentes saídos).

Adicionalmente, de referir que na ausência de pessoal médico suficiente vinculado ao mapa de pessoal, para assegurar o normal funcionamento do serviço de urgência e respetivas áreas de apoio, bem como manter a qualidade dos serviços prestados à população na área de abrangência da ULSCB, continua a recorrer-se, à semelhança dos anos anteriores, à contratação de profissionais em regime de prestação de serviços. A Urgência Hospitalar, durante o ano de 2022, obrigou a ter disponíveis em média 65 médicos mensalmente (realizando cerca de 7577 horas), com o encargo anteriormente mencionado sobre prestações de serviços, alguns dos quais exercem também funções nos Cuidados de Saúde Primários (CSP), conforme se observa no quadro seguinte:

Prestação de Serviços Médicos - UCSP's - 2022

Atividade Contratada UCSP's	Horas	Encargo Anual €
SAC Proença-A Nova	3040	72 464 €
SAC Oleiros	7399	166 750 €
UCSP S. Miguel	235	5 962 €
UCSP S. Tiago	543	12 766 €
UCSP Alcains	493	12 325 €
UCSP Idanha-A-Nova	2066	46 088 €
SAP Sertã	2857	72 502 €
UCSP Penamacor	2413,5	53 345 €
UCSP Vila Rei	297	6 886 €
UCSP Vila Velha de Ródão	1106,5	28 769 €
TOTAL	20450	477 857 €

Fonte: Serviço de Compras e Logística

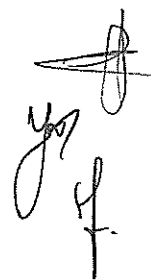
Analisando agora o Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC), registou-se uma variação positiva de 3,99% (+450 mil euros) face ao estimado, que decorre essencialmente da variação

positiva ao nível dos medicamentos (+14,87% / +856 mil euros) e que se justifica pelo facto de termos doentes em tratamento de patologias caras e que eram seguidos anteriormente nos hospitais centrais, e do material de consumo administrativo (+43,07% / +35 mil euros). Com variação negativa, destaca-se essencialmente o material de consumo clínico (-10,61% / -380 mil euros) onde o efeito pandemia deixou de ter a mesma expressão que nos dois anos anteriores, bem como os reagentes/outras produtos farmacêuticos (-3,33% / -55 mil euros) face à redução de testes SARS-CoV-2 realizados. Em termos homólogos, a variação global foi quase insignificante, crescendo apenas 0,08% (+10 mil euros), destacando-se os aumentos em medicamentos (+13,44% / +784 mil euros) por estarmos a tratar doentes de patologias caras que eram seguidos anteriormente nos hospitais centrais de referência, mas em contrapartida houve reduções acentuadas em material de consumo clínico (-16,3% / -623 mil euros) e reagentes e outros produtos farmacêuticos (-9,16% / -160 mil euros), devido à menor incidência da pandemia Covid-19 no período. Nos restantes armazéns, enquanto que no material de consumo administrativo o consumo cresceu 30 mil euros devido ao aumento de preços sobretudo no papel e seus derivados, no consumo hoteleiro temos uma redução de 14 mil euros pelo facto dos consumíveis estarem incluídos na faturação da limpeza nos centros de saúde e devido à implementação de procedimentos justificativos da necessidade de consumo.

Por fim, no que respeita aos restantes encargos, os desvios mais relevantes ocorreram em gastos de depreciação e de amortização (+21,15% / +371 mil euros), nas perdas por imparidade (-35,79% / -171 mil euros) e em outros gastos e perdas (+18,28% / +105 mil euros). Em termos homólogos, as amortizações também cresceram 21,01% (+369 mil euros), com especial destaque para as que estão relacionadas com hardware (equipamento informático e de telecomunicações) que aumentaram 191 mil euros, imagiologia (+95 mil euros) e equipamento médico cirúrgico (+51 mil euros), tal como as perdas por imparidade (+98,98% / +152 mil euros). Em contrapartida, em outros gastos e perdas existe uma redução de 9,83% (-74 mil euros), com as dívidas incobráveis a recuarem 92 mil euros e as perdas em inventários a reduzirem 38 mil euros face ao ano anterior.

Assim, face à evolução ocorrida e acima mencionada, os gastos operacionais relevantes para o cálculo do EBITDA foram de 94,4 M€, ou seja mais 5,7 M€ (+6,4%) do que o contratualizado.

Analisando a evolução dos gastos operacionais, conforme estipulado no n.º 9 do art.º 144.º do DL 53/2022, de 12 de agosto - DLEO, verificam-se as seguintes variações no período em análise:

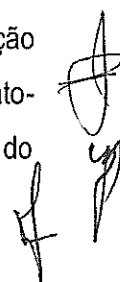


Evolução dos Gastos Operacionais	4T 2022 Exec.	4T 2021 Exec.	2021/2022	
			Δ Absol.	Var. %
Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	51 488 252 €	50 676 666 €	811 586 €	1,60%
(i) Indemnizações pagas por rescisão	0 €	2 063 €	-2 063 €	
(ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	662 792 €	116 791 €	546 001 €	467,50%
(iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	833 736 €	16 269 €	817 467 €	5024,69%
Gastos com Deslocações (FSE)	67 379 €	78 707 €	-11 328 €	-14,39%
Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	65 235 €	64 267 €	968 €	1,51%
Gastos associados à frota automóvel	262 969 €	233 640 €	29 329 €	12,55%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	381 226 €	157 603 €	223 623 €	141,89%
Nº Total RH (O.S. + Cargos de Direção)	1460	1470	-10	-0,68%
Nº Órgãos Sociais (O.S.)	8	8	0	0,00%
Nº Cargos de Direção sem O.S.	1	1	0	0,00%
Nº Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção	1451	1461	-10	-0,68%
N.º Trabalhadores/N.º CD	1451	1461	-10	-0,68%
N.º de viaturas	47	47	0	0,00%

- Aumento nos gastos com pessoal corrigidos (+1,6%), pelos motivos expostos anteriormente (pagamento de retroativos a pessoal de enfermagem e SIGIC);
- No que se refere aos encargos com deslocações, ajudas de custo e frota automóvel, globalmente apresentam um crescimento de 5% (+19 mil euros), mais significativo na frota automóvel (+12,55% / +29 mil euros) onde os combustíveis cresceram cerca de 35 mil euros face ao período homólogo devido à crise energética, pelo que, se retirássemos esse efeito, os gastos ficariam abaixo do verificado em 2021, embora também não tenhamos conseguido substituir alguns veículos mais antigos conforme estimado no PAO, o que levaria a poupanças adicionais ao nível dos gastos de conservação e nos combustíveis.
- Quanto à contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, verifica-se um acréscimo de 224 mil euros face a 2021, justificado pelos gastos de cerca de 87 mil com projetos relacionados com o PRR e o projeto em curso de Remodelação e ampliação do HAL. Adicionalmente, existe um estudo elaborado pelo SUCH, no montante de 114 mil euros (50% já foram faturados no ano anterior), para a ampliação da unidade de cuidados intensivos que esperamos poder vir a candidatar ao Portugal 2030 visto não ter sido possível obter financiamento para a mesma por outras vias, e cujo pagamento será subsidiado pelo Município de Castelo Branco. Pelo que, caso este financiamento já tivesse projeto aprovado, o indicador acabaria por ser cumprido face ao previsto no PAO.

B – Rendimentos e Ganhos

Conforme poderá ser observado no anexo III, a execução ficou 1,13% (-950 mil euros) abaixo da dotação prevista para o período, principalmente devido à execução nas rubricas relacionadas com o Contrato-programa (incentivos institucionais, valor capitolacional e internos) que ficaram 730 mil euros aquém do



esperado, para além das taxas moderadoras (-298 mil euros), outras entidades responsáveis (-102 mil euros) e reversões (-166 mil euros). Em sentido inverso, destacam-se os outros rendimentos (+265 mil euros) e as prestações de saúde de financiamento vertical (+84 mil euros).

Em termos homólogos (anexo IV), no entanto, a situação melhorou substancialmente no que respeita às prestações do Contrato-programa, com um aumento registado de 7,63% (+5,7 M€) fruto do reforço do financiamento aprovado no OE para 2022 em junho. O mesmo acontece em relação às prestações de saúde de financiamento vertical referentes a faturação de migrantes, com a melhoria a assentar essencialmente no facto de em 2021 ter havido uma anulação de especialização de rendimentos relativa ao ano anterior que acabou por penalizar a execução do próprio ano (caso não tivesse ocorrido este acerto, a execução de 2021 estaria muito próxima da registada no ano de 2022). Também em outros rendimentos e ganhos foi notória a melhoria, com um incremento de 102,82% (+383 mil euros), que assenta principalmente na imputação de subsídios e transferências para investimentos (+214 mil euros), ganhos em inventários (+115 mil euros) e rappel do SUCH relativo ao exercício de 2021 (+39 mil euros).

Com evolução negativa, de assinalar as taxas moderadoras que diminuem 51,22% (-668 mil euros) face ao ano anterior devido às alterações legislativas ocorridas (dispensa de pagamento de taxas a nível hospitalar, sendo apenas cobradas nos episódios de urgência caso não haja referenciação ou internamento, que se segue ao já ocorrido ao nível dos cuidados de saúde primários em 2020 e 2021). As reversões apresentam igualmente uma quebra acentuada de 62,47% (-341 mil euros), e em outras entidades responsáveis a diminuição de 11,78% (-89 mil euros) resulta da anulação da especialização de acréscimos referentes ao ano anterior de montante quase idêntico ao registado no corrente ano (contrariamente ao ano anterior em que a especialização originou um registo de rendimentos na ordem dos 195 mil euros), já que a faturação em si até foi bastante superior (+95 mil euros).

Assim o total dos rendimentos próprios operacionais ascendeu aos 83,13 M€, isto é, 950 mil euros (-1,13%) abaixo do previsto em sede de Contrato-programa (84,08 M€).

Quanto a rendimentos próprios extra Contrato-programa, alcançámos o montante de 2,7 M€, isto é menos 600 mil euros em comparação com o exercício anterior, situação que advém da diminuição ao nível da cobrança de taxas moderadoras (-650 mil euros).

Face ao exposto, e atendendo aos resultados obtidos, o EBITDA fixou-se nos 11,3 M€ negativos, o que representa um desvio de +141,87% (+6,6 M€) face ao contratualizado (revisão a constar da Adenda), resultando das justificações anteriormente apresentadas, e o resultado líquido do exercício foi de -13,6 M€ (-12,6 M€ em 2021), não tendo sido possível tomar novas medidas de gestão que possibilitassem inverter o rumo verificado, embora tenhamos renegociado alguns contratos e avaliado a necessidade de manutenção e renovação de outros, nomeadamente no âmbito dos serviços prestados e da manutenção e conservação

de equipamentos, recorrido à contratação plurianual por forma a manter ou reduzir gastos, para além de termos incrementado o controlo ao nível do registo da assiduidade através de sistema biométrico para controlo dos gastos com pessoal.

III – Recursos Humanos

A evolução de recursos humanos na ULSCB durante o período em análise e relativamente ao 3º trimestre do ano de 2022, continuou estável observando-se continuamente uma ligeira tendência descendente. Relativamente ao mês de dezembro do ano de 2021, registou-se ao longo do ano de 2022 uma leve tendência de subida, ainda reflexo da situação pandémica, mas que ao longo dos trimestres tem vindo a esbater-se.

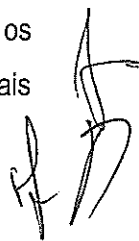
O aumento de profissionais de saúde ficou a dever-se, naturalmente, à necessidade de contar com um número de efetivos suficiente para continuar a garantir a eficácia, a operacionalidade, a reestruturação de serviços e os rácios mínimos definidos para o respetivo exercício profissional no enquadramento legal. Em algumas situações o ligeiro aumento teve em conta a necessidade de corresponder a legislação entretanto publicada com a criação de novos lugares no mapa de pessoal, alguns deles a extinguir logo que vagos.

As obrigações assistências obrigatórias e a imposição de cumprimento das regras e orientações emanadas pela DGS decorrentes da situação de pandemia COVID-19 que ainda fez sentir alguns efeitos, criaram a necessidade de procedimentos que houve necessidade de ainda manter, no sentido de salvaguardar a integridade de saúde dos doentes e dos profissionais.

Consequentemente, fruto da nova organização criada que foi necessário continuar a manter, ainda que de forma cada vez menos pesada, implicou ainda assim a continuidade de aplicação de uma gestão reforçada, mais abrangente e participada a diferentes níveis e carreiras.

Continuou a ser necessária a manutenção do reforço da limpeza e desinfeção das áreas de isolamento, superfícies e áreas de atendimento dos doentes, corredores e espaços dedicados, bem como, desinfeção assídua dos equipamentos, materiais e espaços da ULSCB e, motivou ainda, a necessidade de descontaminação de material e equipamento e manuseamento seguro da roupa, e recolha segura dos resíduos.

Toda a contratação de novos trabalhadores, a afetação e a reorganização necessária dos recursos humanos, teve como origem, além da situação de pandemia Covid-19, diversos outros constrangimentos, nomeadamente, o absentismo, a idade média geral dos recursos humanos vinculados ao mapa de pessoal da ULSCB (47,1 anos) e a idade média mais elevada em alguns grupos profissionais: Assistente Operacional – 49,9 anos, Assistente Técnico – 52,5 anos, Enfermagem – 45,2 anos, sendo que, do universo de enfermeiros, 130 têm mais de 55 anos, Pessoal Médico – 45,2 anos, sendo que se não forem contados os médicos do internato médico a idade sobe para os 51 anos, considerando que do total, 65 médicos têm mais de 55 anos, o que representa uma instituição com um mapa de recursos humanos envelhecidos.



Acresce que o hospital inserido na ULSCB teve necessidade de se expandir pelo que foi edificado um novo edifício no perímetro exterior do hospital (inaugurado recentemente) para albergar o serviço de consulta externa e outros serviços de apoio e serviços complementares. Esta estrutura implicou que fossem revistas as dotações de recursos humanos de forma a poder alocar profissionais em número suficiente para funcionamento da nova estrutura de saúde, que importa uma volumetria considerável e um muito maior número de espaços e gabinetes de atendimento, consulta e apoio.

Não obstante todas estas condicionantes, tem sido possível gradualmente reduzir os recursos humanos, nomeadamente, reduzindo na medida do possível efetivos sem substituição mitigando a entrada de muitos daqueles que haviam sido contratados no âmbito da pandemia Covid-19.

Mapa comparativo de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB no 4º Trimestre de 2021/2022 e do início para o final do 4º Trimestre 2022

SRH MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB 4º. TRIM											
Carreira/Categoria	TOTAL GERAL 2021			TOTAL GERAL 2022			TOTAL GERAL # 2021 / 2022			# 22 / 22	
	outubro	novembro	dezembro	outubro	novembro	dezembro	outubro	novembro	dezembro	out/dez	nov/dez
Conselho Administração	5	5	5	5	5	5	0	0	0	0	0
Administrador Hospitalar	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Méd. Especialistas	154	153	153	148	144	143	-6	-9	-10	-5	-1
Méd. Grau Especialista	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Méd. IIM - Formação Especif.	38	38	38	44	43	41	6	5	3	-3	-2
Méd. IIM - Formação Geral	26	26	26	21	20	20	-5	-6	-6	-1	0
Téc. Superior Saúde	18	18	18	16	16	16	-2	-2	-2	0	0
Téc. Superior	32	32	31	36	35	36	4	3	5	0	1
Enfermagem	531	530	529	536	537	537	5	7	8	1	0
Téc. Diag. Terapêutica	102	102	100	100	103	103	-2	1	3	3	0
Informática	12	12	12	10	10	10	-2	-2	-2	0	0
Educadora Infantil	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Assistente Técnico	184	183	183	181	185	184	-3	2	1	3	-1
Assistente Operacional	356	353	353	351	345	342	-5	-8	-11	-9	-3
TOTAL - Efetividade funções	1461	1455	1451	1451	1446	1440	-10	-9	-11	-11	-6
Pessoal fora da ULSCB	15	15	15	15	14	14	0	-1	-1	-1	0
Pessoal Dentro de Out. Inst.	15	15	16	17	16	17	2	1	1	0	1
TOTAL GERAL ULSCB	1491	1485	1482	1483	1476	1471	-8	-9	-11	-12	-5

Mapa comparativo mensal de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB de dezembro 2021 para o 4º Trimestre de 2022 e do início do 1º trimestre para o final do 4º Trimestre 2022

SRH

MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB

TOTAL ANUAL 2022

TOTAL GERAL 2022																							2022
Carreira/Categoria	jan	fev	# nov-jan	mar	# mar-fev	abr	# abr-mar	mai	# mai-abr	jun	# jun-mai	jul	# jul-jun	ago	# ago-jul	set	# set-ago	out	# out-set	nov	# nov-out	dez	# dez-nov
Conselho Administração	5	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0
Administrador Hospitalar	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Méd. Especialistas	153	153	0	151	-2	151	0	151	0	148	-3	152	4	153	1	151	-2	148	-3	144	-4	143	-1
Méd. Grav Especialista	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Méd. IIM - Formação Especif	51	51	0	51	0	52	1	53	1	53	0	48	-5	45	-3	44	-1	44	0	43	-1	41	-2
Méd. IIM - Formação Geral	25	25	0	24	-1	24	0	23	-1	23	0	22	-1	21	-1	21	0	21	0	20	-1	20	0
Téc. Superior Saúde	18	18	0	18	0	17	-1	17	0	17	0	16	-1	16	0	16	0	16	0	16	0	16	0
Téc. Superior	34	34	0	34	0	34	0	34	0	35	1	35	0	36	1	36	0	36	0	35	-1	36	1
Enfermagem	533	533	0	533	0	533	0	530	-3	533	3	536	3	536	0	535	-1	536	1	537	1	537	0
Téc. Diag. Terapêutica	98	98	0	98	0	98	0	98	0	98	0	98	0	101	3	101	0	100	-1	103	3	103	0
Informática	12	12	0	12	0	12	0	12	0	11	-1	11	0	11	0	10	-1	10	0	10	0	10	0
Educadora Infantil	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Assistente Técnico	186	186	0	186	0	185	-1	184	-1	183	-1	182	-1	181	-1	181	0	181	0	185	4	184	-1
Assistente Operacional	355	357	2	357	0	355	-2	354	-1	354	0	352	-2	351	-1	351	0	351	0	345	-6	342	-3
TOTAL - Efetividade funções	1473	1475	2	1472	-3	1469	-3	1464	-5	1463	-1	1460	-3	1459	-1	1454	-5	1451	-3	1446	-5	1440	-6
Pessoal fora da ULSCB	16	16	0	15	-1	14	-1	15	1	15	0	14	-1	14	0	14	0	15	1	14	-1	14	0
Pessoal Dentro de Out. Inst.	17	17	0	16	-1	16	0	16	0	16	0	16	0	16	0	17	1	17	0	16	-1	17	1
TOTAL GERAL ULSCB	1506	1508	2	1503	-5	1499	-4	1495	-4	1494	-1	1490	-4	1489	-1	1485	-4	1483	-2	1476	-7	1471	-5

Em praticamente todos os grupos profissionais se verifica uma assinalável taxa de absentismo que, com o envelhecimento do mapa de pessoal, tem propensão de subida devido a todas as inerências que tal condição naturalmente impõe, determinando longos períodos de afastamento do serviço, ausências por licenças devido ao usufruto de direitos sociais, aumento das situações de incapacidade parcial ou fixação de limitação para o trabalho, indicação para a realização de trabalhos moderados por avaliação do serviço de medicina do trabalho e, fruto de direitos consagrados nas respetivas carreiras, a existência de horários de trabalho com referência a carga horária semanal normal, representando na prática o cumprimento de carga horária mais reduzida.

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
(4º TRIMESTRE)
PESSOAL ACTIVO EM 30.12.2022 - 1.457 trabalhadores

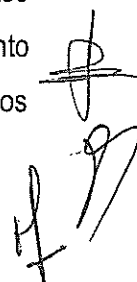
01.10.2022 a 31.12.2022 - Dias Úteis

GRUPOS PROFISSIONAIS	CASAMEN TO (1)	PARENTALD ADE (2)	FALECIMEN TO FAMILIAR (3)	DOENÇA (4)	ACIDENTE TRABALH O (5)	ASSIST FAMILIA R (6)	TRAB ESTUDIAN TE (7)	RESERVA DE CONTRIBU CA (8)	GREVE (9)	JUSTIFICA DAS (10)	ACT SINDCAL (11)	CON GRATUITA / FORMAÇ O (12)	OUTRAS (13)	TOTAIS DIAS AUSÊNCIA (14)	Média Faltas MEDIA DIAS CARREIRA	MEDIA S/ TOTAL DIAS ULSCB	% TOTAL FALTAS ULSCB
Pessoal Médico (inclui Internos)	205		371	2	206	34	1		9			485	37	1 148	5,60	0,70	21,22%
Técnico Superior de Saúde	17		9		12	10			25			10	4	70	4,12	0,05	1,29%
Pessoal de Enfermagem	547	41	874	17	611	26	55	54	462		4	74	71	2 389	4,37	1,64	44,16%
TSDT	107	19	88		97	52	6		14			14	14	304	2,84	0,21	5,62%
Pessoal de Informática	10				10	3			2		8			23	2,30	0,02	0,43%
Pessoal Docente	1												2	2	2,00	0,00	0,04%
Pessoal Dirigente (inclui Adm. Hosp.)	6													0	0,00	0,00	0,00%
Assistente Técnico	185		122	2	309	20	42		37				33	565	3,05	0,39	10,44%
Assistente Operacional	343		126	16	451	64	70	3	47		8		20	805	2,35	0,55	14,86%
Técnico Superior (RG)	38		61		4	18			10			4	7	104	2,89	0,07	1,92%
TOTAIS	1 457	60	1 651	37	1 700	110	384	64	606	0	20	500	188	5 410	3,71	3,71	100,00%
MÉDIA DIAS/TRAB.		0,04	1,13	0,03	1,17	0,08	0,26	0,04	0,42	0,00	0,01	0,40	0,13	3,71			
Média % (227 dias de Trab. em 2022)	330739	0,02	0,50	0,01	0,51	0,03	0,12	0,02	0,18	0,00	0,01	0,18	0,05	1,84	Absentismo		

(*) Outras = Doação de sangue, Juris. Serv. oficiais, Cumprimento de obrigações, Missas eleitorais, Compensação serviço de urgência, Covid 19, Exames Int. Médico, Dispensas s/ efeitos remuneratórios

IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso

- A dívida total a fornecedores externos e do Estado chegou aos 26,3 M€ no final deste exercício (contra os 31,5 M€ no final de 2021), diminuindo, portanto, 5,2 M€, com a dívida vincenda a corresponder a 10,2 M€ (11,8 M€ em 2021), o que corresponde a 38,8% da dívida total, e a dívida vencida a representar 16,1 M€ (19,7 M€ no ano anterior), correspondendo aos restantes 61,2%.
- Quanto a pagamentos em atraso e dívidas vencidas ("Arrears"), quadros infra, a situação melhorou em comparação com o ano anterior, com uma redução da dívida vencida total na ordem dos 4,6 M€, com diminuição de 5,2 M€ euros nos fornecedores externos e aumento de 586 mil euros nas entidades do Estado.
- Esta dívida que se regista em 2022, nomeadamente a relacionada com fornecedores externos, está ao nível da que se verificava em dezembro de 2019, mas o PMP (214 dias em 31/12/2022) está muito acima do que se registava na altura (127 dias). A atual situação continua a ser bastante preocupante, já que apenas 4 instituições do universo EPE têm um PMP superior ao da ULSCB em 31/12/2022, situando-se a média nos 172 dias.
- Ao longo do exercício a evolução ascendente da dívida, que já tem largos meses, já fazia antever um aumento da pressão por parte dos fornecedores, que apenas abrandou nos períodos em que foram recebidas verbas suplementares que nos permitiram reduzir a dívida. Excluindo esses momentos pontuais, os restantes meses têm sido de constante sufoco devido aos compromissos que somos obrigados a cumprir no intuito de não vermos comprometidos os fornecimentos e serviços indispensáveis à manutenção da normal atividade (prestadores médicos, transportes de doentes, incluindo hemodiálise, consumíveis no âmbito da Covid-19, sistema de pagamentos a convencionados, manutenção de equipamentos e softwares, segurança, limpeza, eletricidade, água, gás, seguros, entre outros exemplos), impossibilitando assim que as obrigações mais antigas ainda em dívida possam ser pagas às empresas menos pressionantes e que têm para já, maioritariamente, perdoado o débito de juros de mora. Nos meses de incidência dos subsídios de férias e de Natal a situação fica ainda mais crítica, por não existir folga de tesouraria mensalmente que nos permita antecipar a quebra de pagamentos que ocorre nesses meses do ano, o que, aliado à supressão da receita própria que advinha das taxas moderadoras, agudiza ainda mais a situação.
- Acresce ainda referir que as ULS têm responsabilidades que não se circunscrevem apenas à área hospitalar e, durante a pandemia, os gastos originados nos cuidados de saúde primários também cresceram substancialmente, devido às obrigações e orientações da Tutela, nomeadamente gastos relacionados com a vacinação (horas extraordinárias), testagem, recuperação da atividade, aumento dos cuidados respiratórios domiciliários, entre outras situações que não se verificam nos centros hospitalares.



- A atribuição da verba para cobertura de prejuízos representava uma necessidade premente, contudo não resolveu o problema no seu todo e, apesar do aumento substancial do financiamento do próximo ano, continua a existir uma necessidade de tesouraria que nos possibilite reduzir a dívida mensalmente e desta forma diminuir a pressão no orçamento do ano seguinte bem como por parte dos fornecedores que, após um período de recuperação, veem a situação degradar-se de novo gradualmente, embora de forma menos acentuada. Assim o reforço do financiamento para 2023 apenas vai equilibrar um pouco mais a balança entre gastos e rendimentos, mas manter-se-á a pender para o lado dos gastos que continuam, fruto do impacto provocado pela atual crise, a ser bem superiores aos rendimentos, sendo por isso imperioso rever o financiamento desta ULS para ajustá-lo aos gastos que temos de suportar e que diferem, eventualmente, de outras zonas do país, devido à especificidade que cada instituição apresenta.
- De referir ainda que 5,6 M€ da dívida total correspondem a faturação da ARS do Centro recebida e processada em finais de 2012 e início de 2013 e que se reporta a reembolsos relacionados com encargos com MCDT (4,6 M€) e vencimentos (1 M€) assumidos por essa entidade na fase de transição/criação da ULSCB, entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2011. Parte desta dívida (4,6 M€) já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado seguimento ao aludido despacho.
- Quanto ao PMR (prazo médio de recebimento), cresceu 4 dias face ao período homólogo (+7,38%), aumentando o saldo da conta de clientes e utentes (+1,5 M€) bem como o volume de negócios (+5 M€) devido ao financiamento do Contrato-programa (+5,7 M€) mas, por outro lado, as taxas diminuíram 649 mil euros.

Período: janeiro a dezembro u.m.: euro

	2021	2022	variação	
			absoluta	%
Dívida Total	31 554 597	26 327 379	-5 227 218	-16,57%
Dívida vincenda	12 077 758	10 274 056	-1 803 702	-14,93%
Dívida vencida	19 476 839	16 053 322	-3 423 517	-17,58%
Pagamentos em atraso	12 768 443	8 181 300	-4 587 143	-35,93%
PMP ponderado (dias)	208	214	6	2,88%
PMR (dias)	51	55	4	7,38%

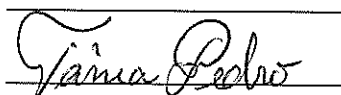
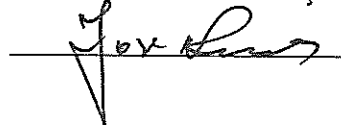


CONSIDERAÇÕES FINAIS

- No final deste período, tal como já seria expectável após o recebimento da verba para cobertura de prejuízos, a situação financeira melhorou face ao ano transato, apesar de apenas ter havido uma redução da dívida na ordem dos 5 M€, como consequência da grave deterioração ocorrida na gerência de 2022 devido à crise geopolítica e energética que fez disparar os gastos com fornecimentos e serviços externos e pessoal, e com os rendimentos a estagnarem por força da não aprovação do Orçamento de Estado até junho e posteriormente por se ter revelado muito insuficiente o aumento do financiamento.
- Portanto não ficou resolvido o problema estrutural de desadequação entre gastos e rendimentos e consequentemente do pagamento da dívida, nem tão pouco o forte incremento do financiamento para 2023 permitirá resolver essa questão enquanto o financiamento mensal recebido, e que já inclui os encargos com os subsídios, não permitir por um lado cativar as verbas para esses encargos adicionais que incidem nos meses de junho, julho, novembro e dezembro, como é sabido, e reduzir efetivamente o volume da dívida.
- Estas nossas preocupações constam dos relatórios mensais remetidos à Tutela, e embora seja necessário conseguir reduzir ou limitar o crescimento dos encargos suportados, também dificilmente conseguiremos fazê-lo sem reestruturar a carteira de serviços disponibilizados aos utentes, o que levaria a uma redução dos encargos fixos com pessoal, com prestadores de serviços médicos, com o consumo de bens e serviços, e limitando adicionalmente os pedidos e os tratamentos de MCDT e dos transportes, por serem alguns dos principais focos geradores de despesa.

Castelo Branco, 07 de junho de 2023

O Conselho de Administração



Anexo I – Gastos e Perdas

u.m.: euro

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

31/12/2022

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	PROCESS. EM 31/12/2022 (2)	VARIACÃO ABSOLUTA (2)-(1)	VARIACÃO RELATIVA (2)/(1)	EXECUÇÃO (2) / (1) em %
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.					
61241	Produtos farmacêuticos	7 402 190	8 203 798	801 608	10,83%	110,83%
612411	Medicamentos	5 758 637	6 614 946	856 309	14,87%	114,87%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1 643 553	1 588 852	-54 701	-3,33%	96,67%
61242	Material de consumo clínico	3 580 194	3 200 350	-379 844	-10,61%	89,39%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	899	1 043	144	16,07%	116,07%
61243	Material consumo hoteleiro	112 780	105 745	-7 035	-6,24%	93,76%
61244	Material consumo administrativo	80 536	115 223	34 687	43,07%	143,07%
61245	Material manutenção/conservação	97 354	97 978	624	0,64%	100,64%
61249	Outro material de consumo	43	0	-43	0,00%	0,00%
	Total da conta 61	11 273 996	11 724 137	450 141	3,99%	103,99%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS					
621	Subcontratos e concessões de serviços	10 158 944	12 145 799	1 986 855	19,56%	119,56%
62111	Meios complementares diagnóstico	4 495 056	5 459 602	964 546	21,46%	121,46%
62112	Meios complementares terapêutica	4 701 640	5 912 980	1 211 340	25,76%	125,76%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	37	0	-37	-100,00%	0,00%
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	1 757	13 955	12 198	694,24%	794,24%
62115	Internamentos	764 991	504 840	-260 151	-34,01%	65,99%
62119	Outros subcontratos	195 463	254 423	58 960	30,16%	130,16%
622	Serviços especializados	8 536 981	9 660 993	1 124 012	13,17%	113,17%
623	Materiais de consumo	61 824	51 675	-10 149	-16,42%	83,58%
624	Energia e fluidos	2 161 527	2 227 233	65 706	3,04%	103,04%
625	Deslocações, estadas e transportes	2 319 928	3 353 104	1 033 176	44,53%	144,53%
626	Serviços diversos	985 024	1 299 793	314 769	31,96%	131,96%
	Total da conta 62	24 224 228	28 738 597	4 514 369	18,64%	118,64%
63	GASTOS COM O PESSOAL					
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	318 178	413 212	95 034	29,87%	129,87%
632	Remunerações do pessoal	41 727 619	42 355 548	627 929	1,50%	101,50%
6321	Remunerações certas e permanentes	31 843 787	32 800 612	956 825	3,00%	103,00%
63211	Remuneração base	25 943 410	26 513 246	569 836	2,20%	102,20%
63212	Subsídio de férias	2 163 384	2 355 338	191 954	8,87%	108,87%
63213	Subsídio de Natal	2 181 134	2 226 585	45 451	2,08%	102,08%
63215	Subsídio de refeição	1 505 920	1 485 276	-20 644	-1,37%	98,63%
6321xx	Outros	49 939	220 166	170 227	340,87%	440,87%
6322	Abonos variáveis e eventuais	9 883 832	9 554 937	-328 895	-3,33%	96,67%
632204	Trabalho extraordinário	6 054 766	5 580 911	-473 856	-7,83%	92,17%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	2 013 568	2 010 609	-2 959	-0,15%	99,85%
6322xxx	Outros	1 815 498	1 963 417	147 919	8,15%	108,15%
633	Benefícios pós-emprego	1 262	1 403	141	11,20%	111,20%
634	Indemnizações	4 615	1 375	-3 240	-70,20%	29,80%
635	Encargos sobre remunerações	9 681 928	9 779 657	97 729	1,01%	101,01%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	245 870	206 135	-39 735	-16,16%	83,84%
638	Outros gastos com pessoal	13 157	24 279	11 122	84,54%	184,54%
639	Outros encargos sociais	148 350	203 170	54 820	36,95%	136,95%
	Total da conta 63	52 140 979	52 984 780	843 801	1,62%	101,62%
64	Gastos de depreciação e de amortização	1 756 364	2 127 844	371 480	21,15%	121,15%
65	Perdas por imparidade	476 694	306 093	-170 601	-35,79%	64,21%
67	Provisões do período	60 000	0	-60 000	-100,00%	0,00%
68	Outros gastos e perdas	576 168	681 515	105 347	18,28%	118,28%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	113 441	62 173	-51 268	-45,19%	54,81%
	TOTAL GERAL	90 621 870	96 625 139	6 003 269	6,62%	106,62%

Anexo II – Variação Gastos e Perdas

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

31/12/2022

Código	Designação	PROCESS. EM 31/12/2021 (1)	PROCESS. EM 31/12/2022 (2)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (2)-(1)	VARIAÇÃO RELATIVA (2)/(1)
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:				
61241	Produtos farmacêuticos	7 580 361	8 203 798	623 437	8,22%
612411	Medicamentos	5 831 244	6 614 946	783 702	13,44%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1 749 117	1 588 852	-160 265	-9,16%
61242	Material de consumo clínico	3 823 655	3 200 350	-623 306	-16,30%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	957	1 043	86	8,99%
61243	Material consumo hoteleiro	119 945	105 745	-14 199	-11,84%
61244	Material consumo administrativo	85 571	115 223	29 652	34,65%
61245	Material manutenção/conservação	103 886	97 978	-5 908	-5,69%
61249	Outro material de consumo	45	0	-45	0,00%
	Total da conta 61	11 714 421	11 724 137	9 716	0,08%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
621	Subcontratos e concessões de serviços	11 340 735	12 145 799	805 064	7,10%
62111	Meios complementares diagnóstico	5 127 585	5 459 602	332 017	6,48%
62112	Meios complementares terapêutica	5 354 786	5 912 980	558 194	10,42%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	42	0	-42	-100,00%
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	1 996	13 955	11 959	599,27%
62115	Internamentos	634 286	504 840	-129 446	-20,41%
62119	Outros subcontratos	222 041	254 423	32 382	14,58%
622	Serviços especializados	8 848 961	9 660 993	812 031	9,18%
623	Materiais de consumo	70 231	51 675	-18 556	-26,42%
624	Energia e fluidos	1 084 774	2 227 233	1 142 460	105,32%
625	Deslocações, estadas e transportes	2 668 754	3 353 104	684 350	25,64%
626	Serviços diversos	1 119 175	1 299 793	180 618	16,14%
	Total da conta 62	25 132 630	28 738 597	3 605 967	14,35%
63	GASTOS COM O PESSOAL				
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	321 776	413 212	91 436	28,42%
632	Remunerações do pessoal	40 829 551	42 355 548	1 525 997	3,74%
6321	Remunerações certas e permanentes	31 368 022	32 800 612	1 432 590	4,57%
63211	Remuneração base	25 756 813	26 513 246	756 432	2,94%
63212	Subsídio de férias	1 946 634	2 355 338	408 704	21,00%
63213	Subsídio de Natal	2 148 843	2 226 585	77 742	3,62%
63215	Subsídio de refeição	1 467 709	1 485 276	17 567	1,20%
6321xx	Outros	48 022	220 166	172 144	358,47%
6322	Abonos variáveis e eventuais	9 461 529	9 554 937	93 408	0,99%
632204	Trabalho extraordinário	5 882 574	5 580 911	-301 663	-5,13%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1 858 957	2 010 609	151 653	8,16%
6322xxx	Outros	1 719 999	1 963 417	243 418	14,15%
633	Benefícios pós-emprego	1 296	1 403	107	8,29%
634	Indemnizações	4 531	1 375	-3 156	-69,64%
635	Encargos sobre remunerações	9 397 792	9 779 657	381 865	4,06%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	241 410	206 135	-35 275	-14,61%
638	Outros gastos com pessoal	10 785	24 279	13 494	125,12%
639	Outros encargos sociais	139 771	203 170	63 399	45,36%
	Total da conta 63	50 946 912	52 984 780	2 037 868	4,00%
64	Gastos de depreciação e de amortização	1 758 391	2 127 844	369 453	21,01%
65	Perdas por imparidade	153 829	306 093	152 264	98,98%
67	Provisões do período	41 863	0	-41 863	-100,00%
68	Outros gastos e perdas	755 840	681 515	-74 325	-9,83%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	77 130	62 173	-14 957	-19,39%
	TOTAL GERAL	90 581 016	96 625 139	6 044 123	6,67%

Anexo III – Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

31/12/2022

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	PROCESS. EM 31/12/2022(2)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (2)-(1)	VARIAÇÃO RELATIVA (2)/(1)	EXECUÇÃO (2) / (1) em %
70	Impostos, contribuições e taxas					
704108	Taxas moderadoras	934 527	636 230	-298 297	-31,92%	68,08%
7041xx	Outras taxas	40 334	35 397	-4 937	-12,24%	87,76%
	Total da conta 70	974 861	671 627	-303 234	-31,11%	68,89%
72	Prestações de serviços e concessões					
7201164	Incentivos institucionais	8 113 708	7 659 340	-454 368	0,00%	0,00%
7201165	Valor capitacional (ULS)	72 226 532	71 804 362	-422 170	-0,58%	99,42%
7201168	Internos	796 836	943 140	146 304	18,36%	118,36%
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	230 359	314 418	84 059	36,49%	136,49%
72013	Outras entidades responsáveis	770 678	668 917	-101 761	-13,20%	86,80%
	Total da conta 72	82 138 113	81 390 178	-747 935	-0,91%	99,09%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	105 579	106 944	1 365	1,29%	101,29%
76	Reversões	370 860	205 073	-165 787	-44,70%	55,30%
78	Outros rendimentos e ganhos	489 686	754 915	265 229	54,16%	154,16%
	TOTAL GERAL	84 079 099	83 128 737	-950 362	-1,13%	98,87%

Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

31/12/2022

Código	Designação	PROCESS. EM 31/12/2021 (1)	PROCESS. EM 31/12/2022 (2)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (2)-(1)	VARIAÇÃO RELATIVA (2)/(1)
70	Impostos, contribuições e taxas				
704108	Taxas moderadoras	1 304 277	636 230	-668 046	-51,22%
7041xx	Outras taxas	16 940	35 397	18 457	108,96%
	Total da conta 70	1 321 216	671 627	-649 589	-49,17%
72	Prestações de serviços e concessões				
7201164	Incentivos institucionais	7 117 587	7 659 340	541 753	7,61%
7201165	Valor capitacional (ULS)	66 790 082	71 804 362	5 014 280	7,51%
7201168	Internos	796 836	943 140	146 304	18,36%
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	224 914	314 418	89 505	39,80%
72013	Outras entidades responsáveis	758 270	668 917	-89 352	-11,78%
	Total da conta 72	75 687 688	81 390 178	5 702 490	7,53%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	110 102	106 944	-3 158	-2,87%
76	Reversões	546 415	205 073	-341 342	-62,47%
78	Outros rendimentos e ganhos	372 214	754 915	382 700	102,82%
	TOTAL GERAL:	78 037 636	83 128 737	5 091 101	6,52%